Resenha

LÉVY, André. **Ciências clínicas e organizações sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 224p.

Lançado por ocasião do VIII Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, realizado em Belo Horizonte, em julho de 2001, o livro do Professor André Lévy – **Ciências clínicas e organizações sociais** (Belo Horizonte: Autêntica, 2001) – se apresenta como uma obra

de referência, no campo das ciências humanas e sociais, para todos os estudiosos envolvidos com as práticas clínicas, em especial no contexto das organizações e instituições. André Lévy já se fizera conhecido no mundo acadêmico, quando publicou, em 1965, a obra **Textes fondamentaux de psychologie sociale**, um livro clássico que ainda hoje interessa a todo pesquisador em Psicologia Social, pois nele o autor apresenta e comenta textos dos mais importantes psicólogos sociais ingleses e americanos da época. Posteriormente, através de seus inúmeros escritos, em artigos ou em obras coletivas, Lévy tem trazido importantes análises, relativas aos temas fundamentais da Psicologia Social, tais como a pesquisa-ação, os métodos de intervenção psicossociológica, a mudança e a resistência à mudança, a análise do discurso, a violência, além de muitos outros. Bastante conhecido, desde os anos sessenta, nos meios universitários brasileiros ligados à Psicossociologia francesa, Lévy é também um dos autores (juntamente com Eugene Enriquez, Jean Dubost e André Nicolai) de uma outra obra de referência, intitulada **Psicossociologia: análise social e intervenção**, lançada no Brasil em 1994 e reeditada pela Editora Autêntica, por ocasião do mesmo Colóquio Internacional, no ano passado.

Ciências clínicas e organizações sociais se estrutura através de um encadeamento de temas que perpassam as bases da teoria e da prática psicossociológicas, no domínio das organizações do trabalho e de instituições de natureza diversa (escolares, religiosas, hospitalares, comunitárias etc.), nas quais o psicossociólogo se vê, a um só tempo, implicado com a pesquisa e com a intervenção. Esta obra foi construída, segundo o autor, em torno de três noções que pertencem a universos de pensamento normalmente separados ou até algumas vezes opostos: a organização, a crise e o sentido. A questão do sentido (e da crise do sentido) é seu fio condutor. Ele não se refere a algo previamente dado, mas a ser construído, sempre nos mobilizando. Afinal, é em sua busca, aliás sempre inacabada, que se alicerça toda atividade humana. Mas se é sobre a “clínica *do* sentido” que André Lévy trabalha, ele nos previne – e aqui se mesclam questões teóricas e éticas – que a clínica de que ele trata não tem “... nem de longe, o monopólio da questão do sentido, que [ela] partilha com a religião, a polícia, a educação, o político...”. Assim, pensar as organizações e as ins-

tituições, nessa perspectiva, é admitir que elas estão submetidas à finitude, à incerteza e à dúvida. Por isso mesmo as ligações entre sentido e crise. Esta é vista como um fenômeno inevitável que impregna o dia-a-dia das organizações e dos grupos humanos (sabemos que a idéia de crise é quase sempre negada pelos discursos e receituários “fáceis” que superlota os modismos do mercado, com promessas de “certezas” e “sucessos”). Lévy descarta, aliás, que as crises se devam a problemas de comunicação entre as pessoas e grupos. Lembra que as demandas de intervenção a ele dirigidas se deviam principalmente a “divisões internas a respeito do sistema simbólico que dava seu sentido à organização, suas metas e sua utilidade social”.

Outro ponto alto desta obra está na dimensão abrangente na qual o autor situa as chamadas “ciências clínicas”. Ele o faz de maneira original, certamente com importantes contribuições às atuais discussões do cenário “psi” brasileiro, no qual parece se afirmar, cada dia mais, o consenso de que as teorias e as práticas clínicas não estão confinadas às quatro paredes de um consultório, quer se trate das práticas psicanalíticas ou de quaisquer outras que se reclamam o estatuto de “clínicas”. Com efeito, diz o autor, a evolução e a significação da clínica “se transformou profundamente, a partir do momento em que outras disciplinas nas ciências humanas, a sociologia, a antropologia, a psicossociologia, nela se fundamentaram igualmente, com preocupações e contextos diferentes”. Daí o desafio teórico e epistemológico, que implica, de um lado, o ato ou a intervenção, ou seja, “uma forma particular de resposta a um pedido de ajuda, de alívio para um sofrimento...” e, de outro, uma prática de pesquisa. Enfim, seja ela pesquisa ou intervenção, esta abordagem se dirige a “... um sujeito ou um conjunto de sujeitos desejantes e pensantes, à procura de uma identidade problemática, às voltas com um sofrimento, querendo se fazer reconhecer, buscando “... um sentido para suas emoções, para suas lembranças ou para sua história”.

A primeira parte do livro, denominada “Elementos de uma clínica social”, aborda as práticas clínicas nas organizações, práticas essas que evidentemente não se alinham à tradição funcionalista da psicologia organizacional. Aí o autor discute os fundamentos da *démarche* clínica, que incluem, entre outras coisas, a distinção e os cruzamentos entre *demanda* – nos registros econômico, psicológico e psicanalítico – e *encomenda*. Lévy se apóia também nas abordagens da complexidade, que sustentam o projeto interdisciplinar da intervenção clínica. Busca referências essenciais na psicanálise, tanto pelas suas contribuições teóricas quanto pela sua função crítica. E ainda se refere às psicologias existenciais, identificadas com as “políticas da experiência”, além das sociologias compreensivas e da mudança. Quanto aos aspectos técnicos da pesquisa e da intervenção, ele traz especiais discussões sobre a *enquête*, a entrevista clínica e a abordagem autobiográfica.

A segunda parte do livro, intitulada “Sentido e crise do sentido nas organizações”, analisa os enredamentos entre as noções de organização e de instituição, onde a referência aos grupos e comunidades se faz necessária. O autor argumenta que a intervenção clínica não se reduz à sua dimensão técnica, pois ela é também um modo de conhecimento. E discute dois casos específicos de intervenção, em uma organização-empresa e em um hos-

pital-dia. Retenhamos, aqui, a título de exemplo, a importante análise, segundo a qual se uma organização se estrutura através de regras e normas, isso não significa que estas se legitimem porque constam de um regimento formal, uma vez que sua implantação passa por representações e divisões sociais e pela questão central que diz respeito não só à crise de sentido mas também à crise de legitimidade.

Ao retomar a questão do *sentido* – um vivido em permanente construção – Lévy constata que é no dia-a-dia nas organizações do trabalho, nas instituições, nos grupos de formação etc., que as significações surgem, mesmo que sejam, muitas vezes, contraditórias. Daí as relações sociais serem sempre afetadas por crises, sejam estas latentes ou manifestas. Mas ele ajunta que só compreendemos a emergência de uma dada significação, quando esta está ligada a um ato. Assim, o compreender é também parte da intervenção, numa situação marcada pela crise de sentido. Ou seja, o papel do psicossociólogo seria ajudar os indivíduos a compreender de onde nasce a crise e a lhe atribuir um sentido. Lembremos que o subtítulo do livro (não colocado na primeira capa, mas apenas na página interna) é justamente “sentido e crise do sentido”.

O fechamento da obra indica, com indiscutível clareza, o quanto este trabalho de André Lévy se demarca das abordagens funcionalistas e autoritárias das organizações, pois o que ele aí discute é a questão crucial negada por tais abordagens, ou seja, a implicação das práticas psicossociológicas com a democracia. De fato, o grande entrave ao exercício da democracia, nas organizações e instituições, se deve a que os indivíduos e grupos são reprimidos em seu impulso de invenção permanente das relações sociais. O autor se refere a Claude Lefort, para quem a democracia é baseada no desenredamento entre as esferas do poder, do direito e do saber. É ainda relevante, neste final da obra, a distinção entre a ciência clínica engajada e o militantismo (com suas inevitáveis armadilhas), pois aquela não é portadora de uma *Weltanschauung* e seu critério de verdade, embora exigente, é apreendido e construído nas relações intersubjetivas. Enfim, a análise psicossociológica “nunca é o lugar *do* sentido, mas o de sua busca”, e é por essa via que ela luta contra a “colonização das consciências”, através da qual “tanto a palavra quanto o pensamento são reprimidos”. E naquilo que a *démarche* clínica tem de engajamento e desvelamento, a idéia de *desconstrução* que todo projeto democrático comporta, não se identifica, evidentemente, com *destruição*, pois se refere ao “momento forte que permite que se volte ao essencial, a tudo aquilo que o ‘construído’ finge ignorar”. Afinal, “assim como o construído não acaba com a dúvida, esta última [a desconstrução] não anula o construído, mas o recompõe de maneira diversa”.

Ao final da leitura de **Ciências clínicas e organizações sociais**, fica a convicção de que esta obra figura como leitura obrigatória, não só para estudantes e professores que se dedicam à teoria e à pesquisa psicossociológicas, mas em especial para aqueles profissionais que, em suas práticas cotidianas, são confrontados com o chamado “discurso homogêneo” neoliberal e, por isso mesmo, confrontados com os sentidos clínico, científico e ético de suas intervenções.

José Newton Garcia de Araújo